



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 14/12/2023 17:01:26.333 - MESA

RIC n.3108/2023

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2023

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima acerca das medidas e estratégias adotadas para conter, prevenir e reparar os dados ambientais causados pela extração ilegal de minério de ouro no Amazonas, considerando que este é um problema recorrente como no caso destacado pela Operação Tempestade Aurífera.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, solicitadas informações à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, acerca das medidas e estratégias adotadas para conter, prevenir e reparar os dados ambientais causados pela extração ilegal de minério de ouro no Amazonas, considerando que este é um problema recorrente como no caso destacado pela Operação Tempestade Aurífera. Neste contexto, solicito:

- a)** Diante das informações apresentadas, quais estratégias específicas o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima planeja implementar para prevenir a extração ilegal de ouro na região, considerando a urgência do problema destacado pela Operação Tempestade Aurífera?
- b)** De que maneira o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima pretende mitigar os possíveis impactos ambientais decorrentes do uso de explosivos durante a destruição das balsas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 14/12/2023 17:01:26.333 - MESA

RIC n.3108/2023

utilizadas na extração ilegal de ouro, levando em conta as preocupações com consequências não previstas para a região?

- c)** Como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima planeja aprimorar as políticas de fiscalização para garantir uma abordagem mais efetiva e abrangente diante da constante presença de práticas ilícitas relacionadas à extração de ouro na região, contemplando tanto a prevenção quanto à repressão?
- d)** Qual a estratégia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para envolver ativamente a sociedade civil no enfrentamento do desafio da extração ilegal de ouro, considerando a complexidade do problema e a necessidade de um diálogo mais amplo entre o governo, as comunidades locais e outros setores envolvidos?
- e)** Além da instauração da investigação policial, que medidas o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima propõe para abordar as raízes do problema da extração ilegal de ouro, visando soluções mais sustentáveis e integradas para a região do Amazonas?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO

Primeiramente, considerando a competência ministerial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no que tange à supervisão, planejamento e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 14/12/2023 17:01:26.333 - MESA

RIC n.3108/2023

implementação de políticas públicas relacionadas à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais, é plenamente justificável o envio de requerimento de informações a esse órgão governamental. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima detém responsabilidades essenciais na definição de estratégias e ações que visam mitigar impactos ambientais, promover a conservação da biodiversidade e garantir a qualidade dos recursos hídricos, entre outras funções.

Dito isto, justifica-se o direcionamento deste requerimento.

A Polícia Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) deflagraram uma operação conjunta denominada "Tempestade Aurífera", desencadeada no dia 6 de dezembro na Orla do São Raimundo, em Manaus. A ação visa prevenir e reprimir a extração ilegal de minério de ouro, uma prática que tem gerado sérios danos ambientais no estado do Amazonas.

Durante a operação, sete grandes balsas, identificadas por canos de 16 e 18 polegadas, foram destruídas, sendo apontadas como causadoras de danos ambientais significativos pela Polícia Federal. O uso de explosivos pelos agentes, embora visasse desativar essas embarcações, suscita preocupações sobre os impactos ambientais da própria operação, podendo gerar consequências não previstas para a região.

A apreensão de documentos no local, embora apresente potencial para identificar os responsáveis pela extração ilegal, também levanta questões sobre a efetividade das políticas de fiscalização. A presença constante dessas práticas ilícitas destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente, contemplando ações preventivas e educativas, além das repressivas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 14/12/2023 17:01:26.333 - MESA

RIC n.3108/2023

Fica evidente a complexidade do desafio enfrentado pelas autoridades diante da extração ilegal de recursos naturais, apontando para a urgência de um diálogo mais amplo entre governo, sociedade civil e setores envolvidos. A instauração de uma investigação policial, anunciada pela Polícia Federal, destaca a necessidade de aprofundar os fatos e identificar os responsáveis. No entanto, é preciso questionar se essa abordagem punitiva é suficiente para abordar as raízes do problema.

Nesta esteira, faz-se necessária a solicitação de informações, compreendendo que o acesso aos dados da administração pública é um direito que consta no artigo 5º da Constituição Federal e em diversos normativos do país, em especial na Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Acesso à Informação, legislações que garantem o acesso aos documentos de caráter administrativo oficial, tanto em nível federal, estadual e municipal, desde que não seja de ordem pessoal e não possuam natureza sigilosa.

Há também a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) que garante que quem solicitar a informação irá recebê-la, seja pessoa física ou jurídica, sem sequer precisar esclarecer um motivo para o mesmo. Promulgada em 2011, esta legislação estabelece que todas as esferas de governo, incluindo o Governo Federal, devem fornecer informações públicas de forma clara, acessível e transparente. Ela assegura o direito de qualquer cidadão obter informações sobre ações governamentais, desde políticas públicas até dados orçamentários. Além disso, o governo é obrigado a responder a pedidos de informação dentro de prazos definidos, salvo em casos de sigilo legalmente justificável.

Dessa forma, buscando cumprir o meu papel representativo dos interesses da sociedade, entendo que é crucial assegurar a transparência, esclarecer dúvidas e estimular a fiscalização, a presente solicitação de informações tem o intuito de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

auxiliar na busca por soluções, respeitando o interesse público e visa garantir um sistema mais justo, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

E sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as suas necessidades, solicito as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, em de de 2023.

Deputado AMOM MANDEL
Cidadania/AM

Apresentação: 14/12/2023 17:01:26.333 - MESA

RIC n.3108/2023

